

Homenagem a **Cláudia Moraes**

Nesta sessão, a revista *Estudos Portugueses e Africanos* presta sua homenagem a **Cláudia Moraes**, precocemente desaparecida, que iniciou seu trabalho de Mestrado na área de Antropologia Social no Museu Nacional-UFRJ. Nele, Cláudia se propunha ao estudo do pensamento sebastianista no Portugal contemporâneo. Dessa pesquisa, abandonada por questões de saúde, Cláudia deixou uma introdução e um capítulo praticamente prontos datáveis de 1992-93. Dada à pertinência de suas análises, E.P.A. toma a liberdade de publicar aquele capítulo na forma em que foi deixado. Antes, porém, destacamos da introdução a parte que permite melhor situar as reflexões da inesquecível colega e amiga.

HISTÓRIAS DA HISTÓRIA DE PORTUGAL

CLÁUDIA MORAES

NOTA INTRODUTÓRIA

O mito de Dom Sebastião não ficou restrito como no Brasil, à dimensão de lenda popular. Se aqui em Portugal ele deu margem, em áreas rurais, a certos movimentos locais de revolta popular e tentativa de instauração de uma nova ordem social, lá, o sebastianismo parece ter tomado uma forma mais reflexiva e contemplativa e, embora também tenha se feito sentir na esfera popular, está muito presente na cena erudita. A ele se ligam de forma visceral três dos expoentes máximos da língua portuguesa: Camões, Vieira e Fernando Pessoa. O primeiro, ainda participando das esperanças de glória, cantou n' *Os Lusíadas* os feitos portugueses, de modo a que servissem de exemplo e inspiração a D. Sebastião, então com 12 ou 13 anos. Os outros dois reinterpretaram o mito em suas obras: Vieira enfatizando e sistematizando a dimensão messiânica universalista nele latente, Pessoa sugerindo-lhe uma nova leitura simbólica. Poetas, filósofos, literatos, religiosos, políticos, cada um, a seu modo, vai se apegar ao mito enquanto expressão da nacionalidade portuguesa e do seu reerguimento cultural e político.

O número de obras produzidas por esta vertente de pensamento vem crescendo a cada ano. Os autores propriamente sebastianistas (isto é, aqueles que na interpretação do mito crêem estar a chave do reerguimento português) são facilmente localizáveis, sendo o rótulo **sebastianista** uma auto-denominação. Embora não formem uma escola ou um movimento coeso, é possível falar de um **pensamento sebastianista**. Tais autores mantêm entre si um movimento de discussões, respostas, controvérsias, citando-se e interpelando-se mutuamente. É possível, através das referências dos autores, isolar um grupo com fronteiras bastante nítidas. O objeto que nos propomos estudar é, pois, claramente delimitável. Além dos sebastianistas propriamente ditos, encontramos, ligados ao tema,

estudiosos **sobre** a questão sebastianista (mas que deixam clara a sua postura “de fora”) e **adversários** do sebastianismo (que, de um modo geral em suas críticas, vêm neste a causa do imobilismo de Portugal).

Os autores sebastianistas de hoje não estão à margem do aparelho institucional da cultura lusa. Uns são professores universitários, outros ligados a instituições de pesquisa. Mas seu pensamento não é oficial, ou mesmo propriamente acadêmico. Esses poetas e escritores, críticos literários, historiadores, filósofos e mesmo psicanalistas produzem uma obra entre científica, interpretativa ou francamente mística. É comum que um mesmo autor, no decurso de um mesmo texto, oscile entre essas três atitudes.

Para esses pensadores, a **Renascença Portuguesa**, movimento cultural do início do século, representa uma mesma influência comum. Ela, que visava justamente um reerguer de Portugal através de seus valores culturais, esteve na raiz do **saudosismo**, debate entre poético e filosófico que via na **saudade** o emblema e a chave da alma portuguesa. Uma discussão do pensamento sebastianista atual necessariamente deve considerar a contribuição dos participantes deste movimento, como Teixeira de Pascoaes e Leonardo Coimbra.

Numa impressão inicial, o pensamento sebastianista se nos afigura como **sui-generis**. Embora citando pensadores clássicos e contemporâneos da filosofia, antropologia, história e psicanálise, seus autores parecem se situar à margem das grandes linhas do pensamento ocidental contemporâneo (lembrando em certos momentos aquela episteme medieval descrita por Foucault em *As Palavras e as Coisas*, onde as estrelas são comparadas a plantas celestes, e as plantas a estrelas terrestres, séries que se lêem mutuamente). Ao mesmo tempo, parecem estar profundamente “na moda” quando, assumidamente místicos, fazem a crítica do pensamento racionalista e postulam que nenhum fato da história (ao menos da história de Portugal) é completo, ou sequer significativo, sem sua dimensão mítica.

Não, ou a Vã Glória de Mandar, filme do diretor português Manuel de Oliveira, foi lançado em Portugal em meados de 1990. Sua concepção, realização e estréia foram acompanhadas por inúmeras reportagens, debates e críticas na imprensa portuguesa, tanto devido à importância do diretor (considerado pelos críticos um dos maiores cineastas da história do cinema português), quanto ao tema: *grosso modo*, as derrotas portuguesas ao longo da história. Tema

polêmico, ainda mais por vir à luz nas vésperas de um festival de comemorações mais ou menos ufanistas por ocasião do quinto centenário das viagens de descobrimento portuguesas. O roteiro do filme teve financiamento negado pela Comissão dos Descobrimentos (órgão do governo português encarregado de organizar as comemorações acima referidas) e acabou sendo rodado com capitais francesas e espanhóis.

Não nos servirá de porta de entrada para o assunto que se pretende aqui tratar: o **sebastianismo** e a discussão entre mito e história em Portugal. Ele foi escolhido devido à riqueza do material que fornece, na condição de evento contemporâneo, público e de ampla divulgação, e ao fato de o próprio filme (embora o seu sentido seja aberto, como quer o diretor e roteirista Manuel de Oliveira) realizar, no plano artístico, uma indagação da mesma ordem da que faço aqui: que relação mantém a cultura portuguesa com os seus mitos históricos? Acrescente-se a isto a repercussão que o filme provocou. Muitas vezes, mais do que o próprio filme, os articulistas empenharam-se em discutir as questões por ele levantadas. Boa parte das figuras de destaque da cena cultura portuguesa manifestou-se publicamente a respeito. O filme e seu debate constituíram-se assim no mais recente sinal da importância da discussão sobre o lugar do mito em Portugal, e as conseqüências deste lugar para o destino do país. Não se trata de modo algum de uma questão bizantina para os portugueses, o que está em jogo na discussão é o futuro possível de uma sociedade.

Mesmo correndo o risco de colocar o carro adiante dos bois, é preciso aqui abrir um parêntese e apresentar de maneira grosseira o que é o sebastianismo – o tema principal deste trabalho – para minha maior facilidade de exposição.

Pode-se dizer que o sebastianismo é a feição que toma em Portugal um certo aspecto da tradição messiânica judaico-cristã. Origina-se historicamente com a morte (ou, melhor dizendo, desaparecimento) do rei D. Sebastião, aos 24 anos, na batalha de Alcácer Quibir, travada por Portugal no Marrocos contra os mouros em 1578. Ao nascer, Dom Sebastião foi saudado como “O Desejado”, pois seu nascimento evitou que a coroa portuguesa passasse, devido a alianças dinásticas, para o rei da Espanha. Em vida, esperava-se dele o reerguimento do império português que, após o período das Descobertas, mergulhara, como diz Camões na citadíssima passagem d’*Os Lusíadas*, numa “austera, apagada e vil tristeza”. Lembre-se que a dedicatória da mesma obra declara o rei “Maravilha fatal da nossa idade, / (Dada ao mundo por Deus) que todo o mande, / Pera do mundo a Deus dar parte grande”, engrossando o coro de louvores e esperanças de glória que cercaram a infância e juventude de Dom Sebastião. A campanha do Marrocos iria dar justamente início a este esperado reerguimento. Mas, com a derrota e o desaparecimento do rei, Portugal perdeu em 1580 sua independência, passando para o domínio de Felipe II, rei da Espanha. Logo após estes acontecimentos, começou a ganhar corpo a crença de que o rei Dom

Sebastião não morrera – encarnava “O Encoberto” – e iria voltar para resgatar o reino e instaurar uma era de bem-aventurança para todos. Tais acontecimentos estariam previstos nas trovas de Gonçalo Anes, o Bandarra, sapateiro que as escreveu por volta de 1540 em Trancoso, e que eram bastante populares mesmo antes dos acontecimentos de Alcácer Quibir, principalmente entre os cristãos-novos. Prediziam elas a vinda de um rei Encoberto, de Portugal, que “tirá toda a erronia/ fará paz em todo o mundo”. Nas duas décadas que se seguem à batalha, Portugal vê aparecer quatro Dons Sebastião (o “Rei de Penamacor”, em 1584, o “Rei da Ericeira”, em 1585, o “Pasteleiro do Madrigal”, em 1594, e o “Dom Sebastião de Veneza”, em 1598, todos zelosamente encarcerados e executados por ordens da Espanha). Com o passar do tempo, este núcleo original (D. Sebastião, que retorna investido de uma missão divina, comandará Portugal, primeira entre as nações do mundo, para instaurar um império universal cristão onde reinará a paz e a prosperidade) vai se sofisticando e ganhando vários desenvolvimentos. Com ulteriores acontecimentos históricos, o papel moldado em torno da figura de Dom Sebastião é atribuído a vários reis: a D. João IV, por ocasião da restauração da independência portuguesa em 1640 (“cargo” este que Antônio Vieira irá transferir aos filhos deste, D. Afonso VI e D. Pedro II, e ainda a dois filhos deste último), a D. Pedro IV (o nosso Pedro I) e também a D. Miguel, seu irmão e rival, entre outros. A figura de D. Sebastião passa também, já a partir do século XIX, a ganhar significados alegóricos (metafóricos?), representando por exemplo “Portugal” (que recuperaria sua identidade perdida e guiaria o mundo a uma idade de ouro) ou mesmo “a humanidade”. Igualmente, a era de bem-aventurança a ser instaurada por este rei-salvador toma várias feições, a partir do modelo primitivo do Quinto Império das profecias bíblicas. Ora é um império territorial e político, ora cultural (como queria Fernando Pessoa), ora refere-se a um plano puramente espiritual. “Sebastianismo” é portanto uma palavra vasta, que se refere não só ao messianismo constituído estritamente em torno da figura de Dom Sebastião, mas, de um modo geral, ao messianismo português como um todo. Cabe ressaltar que este messianismo está sempre fundamentalmente ligado a um destino **nacional**, o de Portugal, e não a de uma seita religiosa ou grupo social. A discussão do sebastianismo passa forçosamente pela discussão do destino nacional de Portugal, e vice-versa.

Dito isto, voltemos ao filme. Nele, um alferes em plena guerra colonial narra a seus companheiros episódios da história de Portugal, que vão sendo mostrados na tela à medida em que são evocados. Narração que também é uma rememoração; a personagem do alferes está presente também nos episódios evocados, que, em sua quase totalidade, terminam em derrota. Todos são passagens por assim dizer “escolares” da história portuguesa e o filme apresenta, ao narrá-los, o mesmo texto e imagem estereotipados dos livros

didáticos. No dizer de um articulista, “o que Oliveira fez é contar pelo cinema uma história de Portugal retomando uma figuração própria de um primeiro contato com a história, uma memória da infância e da escola.”

A ação no presente do filme é passada entre soldados (que são conduzidos de um lado para outro e finalmente atacados sem ver o inimigo) em plena guerra colonial e consta de conversas onde principalmente se discute o significado da guerra que foram lutar, para cada um e para Portugal. Nesta conversa incessante destaca-se a figura do alferes Cabrita, entremeando em seus comentários referências a diversos autores portugueses, destacando-se três dos maiores nomes da sua literatura: Camões, Vieira e Pessoa.

São cinco os episódios narrados. O primeiro é a luta do chefe lusitano Viriato contra os romanos invasores para preservar a independência de seu povo. Costuma ser mostrado nos livros didáticos como “prova” da existência de Portugal como nação autônoma, dotada já de uma identidade própria antes mesmo da ocupação romana da península ibérica. O episódio no filme termina com a morte de Viriato.

O segundo (em ordem histórica e narrativa – ambas coincidem) é o da batalha de Toro (1476), em que o rei D. Afonso é derrotado pelos castelhanos em suas pretensões expansionistas. O filme mostra a cena-ícone desta batalha: como D. Duarte de Almeida (“O Decepado”) tem cortadas ambas as mãos e mesmo assim não deixa cair a bandeira com o escudo português, de que era portador.

A terceira cena histórica não é histórica, é literária. Trata-se da chegada de Vasco da Gama (após descobrir a rota marítima para as Índias) na Ilha dos Amores. O episódio é narrado n’*Os Lusíadas*. Depois de ter vencido os mares, chegando até o Oriente, Vênus, que protege os portugueses, recompensa Vasco da Gama e seus companheiros recebendo-os na Ilha dos Amores onde, justamente, são amados e mimados por um bando de ninfas, enquanto a deusa mostra a Vasco a “máquina do mundo”. Este episódio é o único de todo o filme que não acaba em derrota. Pelo contrário, representaria, no entender de um comentarista do *Não* “a celebração da harmonia celeste e da dádiva dos portugueses ao mundo, os descobrimentos”.

O quarto episódio mostra o casamento por procuração com Isabel de Castela, a morte e o enterro de D. Afonso, filho e herdeiro de D. João II. Através de seu casamento, D. Afonso deveria reunir os impérios português e espanhol. Sua morte põe fim a este sonho de expansão. Têm especial destaque no filme (além da solenidade do casamento) os funerais do príncipe, que o reino celebra no mais profundo luto.

O quinto e mais longo dos episódios mostra D. Sebastião, os preparativos, a batalha e a derrota de Alcácer Quibir (travada no Marrocos contra os mouros por Dom Sebastião que pretendia assim expandir e consolidar o poderio

português na África. Após grandes preparativos, em que se reúne a flor da nobreza portuguesa, além de vários contingentes mercenários, o exército português parte para a África, onde é dizimado pelos muçulmanos). Neste episódio vemos participar da batalha o mesmo ator que interpreta o alferes-narrador. É também aí, durante as cenas que mostram a derrota do exército português, que ouvimos o texto que acaba por dar nome ao filme (pronunciado pelo experiente comandante que se opõe a princípio à expedição africana, considerando-a insensatez, mas acompanha o exército e é um dos últimos a morrer), texto este tirado anacronicamente de um sermão de Vieira: “terrível palavra é um NON! Não tem direito nem avesso: por qualquer lado que o tomeis, sempre soa e diz o mesmo. Lede-o do princípio para o fim, ou do fim para o princípio, sempre é NON”.

As últimas cenas do filme, já de volta à ação africana no presente narrativo, são passadas numa enfermaria. O alferes Cabrita foi ferido numa emboscada e encontra-se desacordado. Enquanto tentam salvá-lo, ele, agonizante, vê se aproximar D. Sebastião (que, com a armadura que usava na batalha e aspecto feroz, segura a espada pela lâmina), e morre em seguida. A data, registrada no prontuário do hospital, é 25 de Abril de 1974 (que, lembramos, é dia da Revolução dos Cravos, que pôs fim às décadas da ditadura instaurada por Salazar).

As críticas que acompanharam o filme não se preocuparam apenas em analisá-lo. Julgava-se também a maneira de abordar Portugal e sua história que cada comentarista acreditava encontrar na obra, isto quando o filme não era abandonado por inteiro e o autor do artigo passava a discorrer simplesmente sobre a relação que Portugal entretém com o seu passado. Pretendo aqui ver primeiro que indícios o filme fornece sobre a relação de Portugal com sua história e, em segundo, tratar da discussão que o filme acarretou.

Eduardo Lourenço já observou em seu livro *O Labirinto da Saudade* como a reflexão sobre Portugal (aquilo que ele chama a busca de uma imagem nacional) é o tema privilegiado da literatura portuguesa desde o começo do século XIX. Uma rápida consulta a dicionários de literatura ou coletâneas especializadas confirmam abundantemente a afirmação pela impressionante quantidade de títulos referentes a Portugal. *Não* de Manuel de Oliveira vem continuar esta tradição, e com ela discutir. É constante a referência no filme a outras obras: além dos já citados Pessoa, Camões e Vieira, escritores que tiveram Portugal como tema de destaque em suas obras, muitos outros estão presentes de forma indireta, servindo suas narrativas como referência para a encenação de episódios e a construção de personagens. *O Desejado*, de António Sérgio, inspira a caracterização de D. Sebastião; a *Crónica de D. João II* de Garcia de Resende, está por trás das cenas da morte de D. Afonso.

De certa forma, o filme era necessário: como disse um crítico, era a tão aguardada obra sobre Portugal do maior cineasta português. Isto, considerando-se que o tema Portugal se faz notar não só pela quantidade de obras produzidas, mas também por ocupar um lugar obrigatório, na obra de quase todos os grandes autores portugueses. E é claro que a reflexão sobre “Portugal” acaba por abarcar também as questões que decorrem da própria natureza e consistência do império português. Note-se que até a perda das colônias africanas, logo após a Revolução dos Cravos, as “províncias ultramarinas” eram geralmente pensadas como estendendo a presença portuguesa por todo o mundo. Assim, a questão costuma aparecer também no seu reverso, no tema do império desfeito. Tal se faz patente no filme tanto em seu presente narrativo, a guerra colonial, como pelo fato de todos os episódios se relacionarem com tentativas expansionistas frustradas. Mas o filme alude também ao lado positivo da imagem imperial no episódio da Ilha dos Amores, homenagem a uma tentativa de expansão bem-sucedida.

Nesta avassaladora produção de reflexões sobre Portugal (que continua a todo vapor nos dias de hoje) a história nacional é um eixo privilegiado, que se faz presente não só em obras literárias, mas também através de jornais, TV, teatro, estátuas evocativas, monumentos, cinema, discussões, anedotas e menções cotidianas a respeito de personagens e fatos tornando fisicamente presente, no dia-a-dia, aquela história. A discussão do “passado” é tida assim como crucial para a compreensão de Portugal. Reinterpretar os acontecimentos históricos é uma das maneiras mais usadas para se falar no presente. Não é uma história indiferenciadamente evocada. O filme, aliás, é bastante representativo desta seleção.

Entre as invariáveis de maior peso na reflexão dos autores está a época dos descobrimentos, figurada como apogeu do poderio português (onde alguns vêem a nação na plena potência do seu “ser”), e, o seu oposto, espécie de eclipse de toda esta glória, a derrota de Alcácer Quibir e o surgimento do sebastianismo.

É justamente aqui que, história e literatura são muitas vezes difíceis de separar em Portugal. Os grandes historiadores portugueses foram muitas vezes grandes escritores de ficção, e os grandes escritores de ficção empreenderam freqüentemente estudos históricos. Difícil é saber muitas vezes quando estão fazendo o quê. Oliveira Martins, Alexandre Herculano, Antero de Quental, Almeida Garret, Camilo Castelo Branco, Eça de Queirós, e, mais recentemente, Agustina Bessa-Luís e José Saramago são alguns dos nomes que conjugaram os ofícios complementares (?) de historiador e ficcionista. “*Não*” fornece a nós um exemplo luminoso deste entrelaçamento: mostra, entre outros episódios históricos, o da “Ilha dos Amores”, tirado diretamente d’*Os Lusíadas* de Camões. Já foi observado por vários autores que *Os Lusíadas* é cultuado em

Portugal menos como obra literária do que como epopéia dos Descobrimentos, e que a história destes é, para a maioria das pessoas, muito mais o narrado no poema do que as datas e fatos encontrados nos livros de história. “Historiadores” ou “ficcionistas”, os escritores ajudam a criar e recriar uma mitologia nacional, da qual acabam fazendo parte as próprias obras literárias. O destino de *Os Lusíadas* é exemplar, neste sentido. Assim como ele, muitas outras obras deixaram de ser apenas livros e se transformaram em espécies de monumentos históricos, como as *Crônicas* de Fernão Lopes, a *Peregrinação* de Fernão Mendes Pinto, e a *História de Portugal* de Oliveira Martins.

Um último fato a observar no filme, que nos liga diretamente ao enfoque das críticas publicadas sobre ele em Portugal: o lugar que ocupa na narrativa cinematográfica o episódio de Alcácer Quibir e a figura de Dom Sebastião. É o episódio histórico mais demoradamente evocado. É também o último: entre ele e o presente narrativo da guerra colonial em 1974 nada mais existe digno de lembrança. Mais ainda, ele e o presente se misturam: o ator que interpreta o alferes está presente na batalha, também como simples combatente; por outro lado, a figura de D. Sebastião está presente no delírio do alferes ferido em Moçambique. Alcácer Quibir parece acabar por simbolizar no filme todas as outras derrotas evocadas; o fantasma de D. Sebastião é também todos os outros fantasmas do passado. O episódio condensa em si todos os outros. Assim é que o encarte cultural do jornal *Público* de 12/10/1990, cujo assunto principal era o *Não*, sequer o mencionava diretamente em sua primeira página, inteiramente ocupada por uma foto da cena do filme em que aparecem em primeiro plano a bandeira com o escudo português e D. Sebastião armado e montado a cavalo, momentos antes do início da batalha. A chamada de capa tinha como título: “O Fantasma de Alcácer Quibir”. Dentro, cinco artigos escritos por figuras de destaque do cenário cultural português, precedidos por uma espécie de apresentação-editorial com o título: “Para acabar de vez com Alcácer Quibir”. O que deveria ser a crítica de um filme pareceria a um desavisado mais uma discussão sobre o sebastianismo. Mais do que qualidades estéticas de uma obra de arte, o que animava os artigos era a discussão do que fazer com os mitos do passado. A posição predominante (mas não unânime) era a de que Portugal precisava se livrar dos fantasmas do seu passado – fossem estes de glórias ou derrotas – para poder abraçar o presente e ter direito a um futuro. Enquanto isto não acontecer, a repetição dos sonhos de glória e dos traumas das derrotas condenará Portugal a um autismo atemporal. Cito alguns trechos da apresentação-editorial, de Vicente Jorge Silva, que inicia dizendo:

Portugal é uma das mais antigas nações europeias e uma das que se interroga mais obsessivamente sobre a sua identidade, como se o peso da história a tivesse fixado numa autocontemplação mórbida e paralisante. Além disso, somos perseguidos pelo fantasma de uma predestinação nacional nunca consumada – ou tragicamente

interrompida pelo desastre de Alcácer Quibir. (...) Enquanto o regresso dos judeus à terra prometida se abria, afinal, para um horizonte possível, o regresso do Desejado, do rei desaparecido nas areias de Alcácer, é um fantasma envolto em bruma, um sonho fechado sobre o abismo, uma miragem. (...) Foi por não termos sabido assumir e gerir a dimensão das mudanças que introduzimos no horizonte da história que acabamos por ficar prisioneiros de uma utopia nacionalista que nos paralisou, isolou do mundo – e teve o seu desenlace na filosofia salazarista do ‘orgulhosamente sós’. Em Alcácer Quibir, D. Sebastião correu atrás da ficção fatal de um Quinto Império que, cinco séculos mais tarde, se esgotaria na derrocada do império colonial.(p.3)

E conclui:

Precisamos de menos delírio autocontemplativo, menos fixação nos oito séculos de história – também de menos esperteza saia e pragmatismo rasca. Para acabar de vez com Alcácer Quibir precisamos simplesmente de redescobrir as nossas vocações específicas e ser interactivos com o mundo contemporâneo.(p.3)

Sejam quais forem os méritos ou defeitos de *Não*, uma coisa é certa, Manuel de Oliveira parece ter colocado o dedo na ferida e provocado um – mais um – surto de debates sobre o que deve Portugal fazer com os seus mitos e, principalmente, com o maior entre eles, o sebastianismo.

“Para acabar de vez com Alcácer Quibir”: não é a primeira vez que este brado é lançado por um autor português. Com efeito, desde o início do século XIX até hoje, não se cansa de anunciar a “morte do sebastianismo” – ou, ao menos, a necessidade de matá-lo. João Lúcio de Azevedo, em *A Evolução do Sebastianismo* (1918), nos narra o fim da crença, uma variação da anedota muitas vezes contada do “último sebastianista”:

Decaiu em remate de galhofa popular quando, em 1813, perambulava as ruas de Lisboa certo original, vestido de mouro, que se dizia enviado de D. Sebastião, e o vinha anunciar aos Portugueses. Ao pescoço trazia um letreiro, com as palavras terra, verdade, poder, honra, santidade, formosura, a que devia ligar algum sentido cabalístico. Chamavam-lhe o último sebastianista. Atrás dele ia um gáudio o rapazio, admirando-lhe o traje desusado, ouvindo-lhe o discursar extravagante. Podia ser um folião. Era um convencido, porventura algum dos de 1808 [data da invasão francesa a Portugal] que perdera de todo o senso. Para sossego das ruas interveio a polícia, que o seqüestrou por demente. (p.89)

E periodicamente o debate ressuscita, acompanhando o mito que insiste em permanecer vivo por mais que o enterrem. Antes de voltar ao que dizem os críticos de agora a partir do *Não*, quero mencionar duas das principais polémicas que também pretendiam “acabar de vez com Alcácer Quibir.”¹

¹ A mais importante e violenta polémica travada em Portugal a respeito do lugar dos mitos na sua história não se refere ao sebastianismo, mas a outro mito nacional fundamental, o Milagre de Ourique. D. Afonso Henriques, rei fundador de Portugal encontrava-se na véspera da batalha

Por ocasião da ocupação de Portugal por tropas napoleônicas, o sebastianismo teve um grande florescimento. As trovas do Bandarra foram reeditadas, junto com outras profecias; esperava-se novamente um rei salvador (que viria do Brasil, a versão oitocentista da Ilha Encoberta). Pois em 1810, José Agostinho de Macedo lança um opúsculo intitulado *Os Sebastianistas Reflexões sobre esta ridícula seita*, que deu início a uma extensa polêmica (mais de 50 artigos foram editados na época a respeito, pró e anti-sebastianistas). O texto de seu artigo, que ficou famoso, defendia quatro proposições:

- I - Um sebastianista é um mau cristão
- II - Um sebastianista é um mau vassalo
- III - Um sebastianista é um mau cidadão
- IV - Um sebastianista é o maior de todos os tolos.”

Sem entrarmos em detalhes, a acusação mais premente do autor era de que as esperanças messiânicas dos sebastianistas (além de serem irracionais, heréticas e contra os interesses do rei de Portugal, ao esperarem por um outro, como legítimo governante) imobilizaram a ação possível contra o invasor. O debate que se seguiu a este panfleto provocador acabou por discutir também a posição da maçonaria frente aos interesses da Igreja e do Estado. Duas linhas de discussão se esboçavam: a racionalidade da crença e sua utilidade ou malefício para os interesses da sociedade. Dizia Macedo:

É preciso fazer um indispensável serviço à Religião, ao Trono, à Pátria e à boa razão fazendo de todo emudecer esta importuníssima canalha [os sebastianistas], que com a sua estúpida ignorância, e involuntária malícia, quase são tão prejudiciais à sociedade civil como os malvados Pedreiros Livres com o seu pestilencial veneno, e abominável sistema de depredação, e ruína universal de todas as Instituições sociais. (Macedo, J.A. Pires, A.M. *Dom Sebastião e o Encoberto*, p.197).

decisiva para expulsar os mouros das terras recém-conquistadas, quando lhe apareceu Cristo, que lhe disse: “Quero, em ti e em tua descendência, estabelecer o meu império.” Tal milagre estaria comprovado por um documento, o “Juramento de D. Afonso Henriques”, encontrado no Mosteiro de Alcobaça, em que o próprio rei atestaria a verdade do acontecimento. Alexandre Herculano denuncia em 1846, em sua *História de Portugal*, que o documento era falso, insustentável à luz de uma história científica, começando uma briga de enormes proporções que se arrastará por 11 anos, continuando a repercutir mais tarde. Seu grande adversário era a Igreja portuguesa, defensora do milagre. Convém notar que tratava-se no caso de um mito não apenas nacional como também religioso, e na polêmica não se iria discutir somente mitos nacionais e a atitude do historiador frente a eles, mas também, e principalmente, o papel da Igreja na sociedade portuguesa. Outro ponto que quero ressaltar é que a idéia de mito só é possível a partir de uma situação de descrença. A polêmica Alexandre Herculano/Igreja aconteceu justamente por aquele considerar um mito o que para esta era um fato. Para a Igreja, era fundamental defender a realidade do milagre.

Em 1917 quem reabre a polêmica é António Sérgio, com a publicação na revista *Águia* do artigo “Interpretação não romântica do sebastianismo”, que visava combater não um novo surto da crença, mas o lugar que esta vinha ocupando na historiografia portuguesa, desde que Oliveira Martins dela tratara em sua *História de Portugal* (1879), considerando-a “uma manifestação do gênio natural íntimo da raça”-- esta *História* que causou grande influência nas gerações posteriores, inclusive em *Mensagem* de Fernando Pessoa. O que António Sérgio ataca é a idéia de “raça” com seu “gênio”, sua “alma”, da qual o sebastianismo seria uma manifestação. Contra a idéia de explicar a história de um povo pelas suas “origens”, que determinariam seu “caráter”, Sérgio opõe a universalidade das condições sociais: as mesmas circunstâncias, atuando em lugares distintos, produzirão efeitos semelhantes. Daí que:

...o messianismo português (de que o sebastianismo é uma fase) originou-se, não de uma psicologia de raça (segundo se afirma unanimemente desde a *História* de Oliveira Martins) mas de condições sociais semelhantes às dos Judeus (...)

Uma idéia messianista transmitida por tradição, e circunstâncias permanentes favoráveis ao messianismo: que mais é preciso para que ele perdure, seja entre Celtas, Godos, Chineses ou Australianos? (...) em Portugal o messianismo terá vida (ou poderá tê-la) enquanto se impuser a este povo, para comparar e contrapor à sua efêmera grandeza, o espetáculo persistente da sua lúgubre decadência. E creio que na reforma da mentalidade indispensável neste momento, em salvadora reacção contra os fumos do romantismo, um dos nossos lemas deve ser este: não senhores, não nascemos sebastianistas, - e não queremos, positivamente não queremos, viver como se o fôssemos. Sérgio, A. *Ensaio*. Tomo I, p. 278.

O messianismo que para Oliveira Martins é parte de uma alma, da personalidade de um povo, para António Sérgio é a manifestação do mal-estar comum a todas as sociedades oprimidas por um presente sem perspectivas. Na década seguinte, Sérgio irá dar início à “Questão Sebástica”, nome com que ficou conhecida a polêmica que sustentou com Carlos Malheiro Dias por motivos semelhantes: este representava D. Sebastião como herói, fonte inspiradora para a juventude presente; Sérgio considera isto um romantismo ilusionista e sentimental e prega a lucidez e “a Razão”. Estamos, nesta segunda polêmica, debatendo concepções de história, mas sempre considerando o lugar do sebastianismo e dos mitos nacionais para traçar o futuro da sociedade portuguesa. Diz Sérgio:

A ética do Romantismo é a ética do sentimento, do élan vital, da anti-crítica (‘a alma em paroxismo, os nervos em críspação’, como aconselha no seu discurso); a ética enfim da preguiça do espírito, do indefinido, do que se chama em português Sebastianismo. Ora, a única ética salubre que pode carrilar a espécie humana, criando nela uma verdadeira elite, -- é a ética do frein vital: a do auto-domínio, da crítica estrénuo, da lucidez; a da medida, da proporção e da Razão. (Sérgio, A. *O Desejado*. Pires, A.M. *Dom Sebastião e o Encoberto*. apud. p.403-404.)

Voltemos agora ao debate provocado pelo *Não*. Além do já citado artigo de Vicente Jorge Silva, quero comentar aqui dois outros, tirados do mesmo caderno do *Público*.

Vasco Graça Moura, presidente da Comissão dos Descobrimentos, é em seu artigo “O labirinto das derrotas” inteiramente coerente com a sua posição institucional: “continuo a entender que uma série de derrotas nacionais não será a melhor maneira de nos comemorarmos”. *Não* apresentaria uma embaraçosa imagem de Portugal, frente a seus “colegas” mais desenvolvidos da Comunidade Européia, permitindo a um crítico francês considerá-lo a expressão de “l’impuissance sublime d’une nation de vaincus”, observando que a um francês jamais ocorreria esta idéia de contar os fracassos nacionais. Tal imagem, como frisa Graça Moura, foi co-produzida por espanhóis e franceses. Ele considera ainda que, enfocando mesquinhas derrotas, o filme passa ao largo das grandes questões nacionais:

Como explicar que ‘epurre si muove’, que apesar de tudo, de tudo o que se deu, de tudo o que se abandonou, de tudo o que se perdeu, à margem das racionalidades e das ideologias em crise, um ‘cimento’ comum tenha ficado a unir humanamente e culturalmente muitas partes de um todo transnacional e transcontinental, talvez uma ainda inominável comunidade de língua e de sangue, em que nos reconhecemos, e que se vem formando há mais de cinco séculos em vários continentes? E que raio terão os ecos ainda feudais de um fraco rei, D. Afonso V, e da batalha de Toro, ou as veemências biográficas de um idiota esquizofrênico como D. Sebastião a ver com tudo isso? (*Público*, 12.10.90, p.9)

Se o império colonial se desfez, resta, para além das derrotas, uma “comunidade de língua e de sangue”, e é dela que importa tratar. Não há aqui qualquer distinção entre “mitos” e “história” nacionais, uma vez que o que está em julgamento é a imagem de Portugal que o filme apresenta ao público. Trata-se então de saber qual é a “boa” imagem nacional.

Em contraponto aparentemente direto ao artigo de Graça Moura, está “Para cá do espelho mágico, ou a grã glória de des-sonhar”, de Eduardo Lourenço. Este vê no filme um instrumento em tudo coerente com o seu projeto de uma “psicanálise mítica do destino português”, explicitado em *O Labirinto da Saudade*. Antes de mais nada, deixa claro que, no seu entender, Oliveira não está tratando da história propriamente dita: “A sua perspectiva é de uma mitologia-ficção, monstro conceptual apenas aparente. ‘*Não ou a Vã Glória de Mandar*’ só por contra-senso ou perversão exegética pode ser remetido para o horizonte da nossa história colectiva real, lida com sinal positivo ou negativo.”

E reafirma:

... o filme de Manuel de Oliveira, como quase todos os seus, nada tem a ver com a História, mas com a sua representação mítica. A sua linhagem não é dos historiadores, à Duarte Leite ou mesmo à Sérgio, por mais sergista que pareça a sua idéia de D. Sebastião. A sua linhagem é a dos mitólogos, à Jaime Cortesão, à Agostinho da Silva, mas também à Régio e à Pessoa, todos corrigidos e subtilmente desviados das suas visões messiânicas, mais ou menos euforizantes pela visão de Oliveira Martins. A nossa aventura termina em Alcácer-Quibir (...), nessa batalha que consagra a nossa vocação de derrotados, não por congénita fraqueza ou cobardia mas por excesso de sonho, de inconsciência ou de loucura, aquilo a que os gregos chamam “ybris”. A guerra de África (...) com o seu 25 de Abril emblemático, é apenas o já visto, um Alcácer-Quibir de sonho, de que as diversas vozes dos soldados presos nas malhas de um Império póstumo buscam uma explicação no imperialismo alheio (americano e russo), nunca em nós mesmos, povo inocente e crístico, como o judaico é povo de Deus o meio das suas abominações ou idolatrias. É este Portugal-fora-da-História, não por princípio, mas pelo gosto de a ignorar, que o narrador remete para a ‘História’ como rosário de altos e dolorosos (vãos?) sacrifícios, sem outro resultado que o de uma última identificação, acaso redentora, com um Desejado que numa imagem fulgurante se revela como incapaz de Desejo. (*Público*, 12.10.90, p.8)

A escolha que o filme faz das derrotas nacionais é justificada por Eduardo Lourenço como “aqueles episódios que por serem sonhos perdidos (...) deixaram no corpo e na alma cicatrizes indeléveis.” E que as derrotas “impostas por sonhos maiores do que nós – nunca acabam de nos interpretar e, de algum modo, de nos redimir.” Tornando clara esta qualidade de mito dos mitos nacionais, o filme assim permitiria que os contemplemos como sonhos (que permaneceram por não se realizarem), sem o perigo de mais uma vez encarná-los e reificá-los, atribuindo-lhes uma realidade que nunca tiveram para além do desejo. E é este o convite que encerra o artigo:

É assim tão intolerável este ‘vídeo-clip’ das nossas desgraças, afinal tão patrioticamente gloriosas, para que as puras vestais do destino nacional como epopéia pura, à John Wayne (o que só nós vemos), se ofusquem, a ponto de não quererem mirar-se, ao menos por curiosidade, neste espelho do nosso anti-Lewis Carroll? (Idem).

Embora cada uma das três polémicas aqui vistas (a de Macedo, a de Sérgio e a do *Não*) reflita interesses diversos em jogo e circunstâncias do momento em curso, é possível dividir as posições e respeito do sebastianismo em dois grandes blocos: aquele dos que consideram o sebastianismo uma ponte, um caminho a partir do qual Portugal poderá encontrar uma identidade no mundo e em cima dela traçar um projeto nacional, e o bloco dos que vêem o sebastianismo como um muro, um obstáculo que impede, justamente, que Portugal encontre o seu futuro. Também assim podemos compreender as críticas ao *Não*. Articulam suas posições, porém, em um momento da história de

Portugal bastante diverso dos dois outros debates citados²: o Portugal de 1990 viu o fim da ditadura salazarista, passou pelo turbilhão da Revolução dos Cravos (que, mesmo que fugazmente, colocou de pernas para o ar as instituições nacionais, ensaiando desapropriações, abolição de hierarquias, etc.), perdeu as últimas colônias e ingressou na Comunidade Européia. Eduardo Lourenço fala em *O Labirinto da Saudade* da necessidade por que passaria Portugal de reformular sua imagem nacional – renunciar à idéia de um império colonial e limitar o imaginário nacional ao território continental. Voltar-se para a Europa (quando tantos autores já compararam o formato de seu território a um rosto que contempla o além, o Ocidente) e não mais para as “províncias ultramarinas”. Os comentários sobre o sebastianismo e a história portuguesa que aparecem nas críticas de agora refletem estes novos problemas – que é o de construir um “Portugal europeu”, e lidar com seu “atraso”, face à “modernidade” que caracterizaria a “Europa”, enquanto a mitologia nacional fala o tempo todo de uma nação que se concebe como cabeça de um império colonial.

² Também se alterou o “instrumental teórico” do debate. Atravessamos uma época em que a “História” é considerada cada vez mais como construção e menos como “verdade”. E que, graças a uma cultura psicanalítica, os mitos, sonhos e anseios têm o seu lugar sem com isso ofuscarem o “princípio da realidade”, bastando velar para que não se confundam uns e outros.